

**PRESSUPOSTOS DE ALFABETIZAÇÃO:
percursos trilhados na prática e investigação dos saberes-fazer docentes como
possibilidade de ação e co-formação da/na docência**

Lenita Ferreira – UNIRIO/ SME-RJ

Joana Elisa Braz – ISERJ

Daniel de Oliveira – FFP-UERJ/ SME-RJ

Margarida dos Santos – CAp ISERJ/ CAp UERJ

**Grupo de Estudos e Formação de Escritores e Leitores
grupogefel@gmail.com**

RESUMO

O presente trabalho vem apresentar um panorama das discussões que vêm sendo tecidas no interior do Grupo de Estudos e Formação de Escritores e Leitores (GEFEL), constituído por professoras/es e estudantes de licenciatura, atuantes no chão da escola na educação básica que se propõem a investigar sua própria prática docente. A partir de investigações e do compartilhamento dos saberes-fazer do cotidiano escolar, num movimento orgânico de co-formação continuada, o grupo aponta alguns pressupostos alfabetizadores construídos na base das experiências de seus sujeitos docentes nas relações tecidas com os sujeitos estudantes. A questão central que trazemos nesse texto é a discussão sobre em que medida esses princípios podem contribuir para a alfabetização e para a formação de professoras/ es comprometidas com práticas emancipadas das ideias mecanicistas de cópia, treinamento e gradação fácil-difícil como métodos de ensino. Tais pressupostos, despreocupados em representar qualquer pretensa metodologia, revelam caminhos teóricos-epistemológicos-metodológicos que percorremos numa relação dialógica prática-teoria-prática, sobre os quais refletimos e que socializamos, como potências percebidas nos trabalhos de alfabetização com vistas a uma Educação emancipadora. À propósito desse movimento, nos investir da condição de professoras/ es investigadores da própria prática tem nos levado, inclusive, à organização de ações extensionistas onde, não é nosso interesse nos colocarmos no lugar de quem ensina, o que nos move realmente é a instituição de um espaço-tempo de reflexão, troca, compartilhamento de saberes-fazer docentes que tem se revelado como privilegiado na co-formação da/ na docência. Atualmente, mais precisamente desde o ano de 2012, a centralidade das nossas discussões vem se voltando especialmente para a alfabetização na perspectiva da autoria, entendida aqui como ação que oportunize a possibilidade de dizer, dizendo-se enquanto sujeito, crítica e criativamente; igualmente capaz da leitura crítica do mundo e da palavra. Aliás, a autoria tem-nos sido uma temática tão cara que igualmente é discutida em nosso coletivo como novas possibilidades para as escritas de professoras e professores. E nesse sentido, os membros do GEFEL vêm exercitando as escritas dos seus memoriais de vida e formação, onde nossas narrativas constituem-se como uma das formas existentes de revisitação, investigação e problematização da nossa própria prática docente. O percurso metodológico escolhido para a tessitura deste texto, recorte de nossas investigações, está na articulação das nossas próprias práticas docentes com os referenciais teóricos que nos ajudam a pensar sobre o nosso fazer docente. Nesse movimento incessante prática-teoria-prática, buscamos o diálogo, principalmente, com Freire (1996), que nos inspira à reflexões sobre uma Educação para a criticidade e autonomia dos sujeitos; Smolka (2012), que contribui para compreendermos a alfabetização como um processo discursivo; Esteban e Zaccur (2002), que vêm nos ajudando a sustentar a nossa opção de investigação da própria prática na Educação Básica como exercício também de formação docente; e Larrosa (2002), cujas reflexões sobre a experiência, como aquilo que nos atravessa, e o tempo para a experiência, contribuem para pensarmos a aprendizagem, o desenvolvimento escolar e, conseqüentemente, a alfabetização por uma perspectiva diferente da do conteúdo/ informação.

Palavras-chave: Alfabetização. Autoria. Experiência.

PRESSUPOSTOS DE ALFABETIZAÇÃO:
percursos trilhados na prática e investigação dos saberes-fazer dos docentes como
possibilidade de ação e co-formação da/ na docência

Lenita Ferreira – UNIRIO/ SME-RJ
Joana Elisa Braz – ISERJ
Daniel de Oliveira – FFP-UERJ/ SME-RJ
Margarida dos Santos – CAP ISERJ/ CAP UERJ

Grupo de Estudos e Formação de Escritores e Leitores
grupogefel@gmail.com

Abrindo a conversa

A alfabetização tem sido um campo que provoca discussões desde sempre na história da educação. Ao longo dos anos, surgiram métodos que nortearam as práticas de ensino da leitura e da escrita, com base nas mais diversas teorias linguísticas e cognitivas. No Brasil, a história da alfabetização nos fornece pistas para compreender os modos de alfabetizar contemporâneos, cheios de resquícios de práticas aportadas principalmente na memorização, no treino, na cópia e na gradação fácil-difícil.

A educação jesuíta, nos séculos XVI, a partir da catequese dos índios, iniciou um movimento de introdução da Língua Portuguesa em nosso país, partindo da língua falada para a língua escrita, utilizando inclusive a língua indígena para provocar o interesse. E o tempo que durou esse modelo de educação, que se expandiu para os filhos dos colonos, alicerçou uma forma de ensinar a língua portuguesa com base na gramática. Também eram ensinados latim e literatura, que acabavam por auxiliar na aprendizagem da língua portuguesa. Deu-se início, assim, a trajetória da alfabetização no Brasil, que só chegou à maioria da população no final do século XX, e ainda sim, com percalços que nos movem cada vez mais a indagar se ler e escrever realmente tem sido para todos.

Mesmo com a saída dos jesuítas e a tomada de responsabilidade do Estado pela educação, a alfabetização continuou atendendo a propostas elitistas. A reforma pombalina provocou na verdade um desmonte de um projeto educacional, mesmo que ainda voltado para a elite. O resultado foi um caos pedagógico, digamos assim, sem preocupação em formar um sistema de ensino. Tratou-se apenas de uma imposição política sobre o domínio da igreja católica. A escola pública elementar durante o império foi uma preocupação, mas não

conseguiu ser organizada para atender ao povo e se restringiu às elites. Tanto na época colonial quanto na época imperial, a alfabetização era privilégio. Essa alfabetização tem como base as heranças da cultura linguística portuguesa. As línguas nativas, advindas dos indígenas e, ao longo do tempo, as línguas africanas foram apropriadas pela língua portuguesa falada no Brasil, porém tendo como regras gramaticais a língua dominante. Hoje sentimos as reverberações dessa política de exclusão através do domínio da língua escrita.

Ler e escrever são práticas sócio-histórico-culturais que constituem o cerne da sociedade e, conseqüentemente, da escola. A escrita alcança status primordial na modernidade e se perpetua na contemporaneidade. Para Certeau (1998):

com toda a razão, nos últimos três séculos aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora. É a sua prática iniciática fundamental. Foi preciso sentir os efeitos inquietantes de um tão prodigioso avanço para que suspeitássemos ser a formação da criança moderna uma prática escriturística (p. 227).

O autor não nega a importância da escrita, mas situa em que contexto a mesma se constitui como instrumento de poder e hierarquização. Neste sentido, a alfabetização é forma de empoderamento dos sujeitos, atentando para que a língua escrita seja artefato de emancipação e não de exclusão.

Políticas têm sido impostas para que sejam trabalhadas junto as crianças, sem a preocupação experiências trazidas pelas mesmas. Ao longo de muitos anos, convivemos com a ideia de que a educação não seria para todos, mas sim privilégio de poucos. Esse pensamento que perdurou por décadas, materializando-se em uma educação elitizada, priorizando as classes médias e altas. Os alunos da classe populares não teriam direito à educação em sua plenitude, cabendo-lhes uma educação sucateada, confirmando a desigualdade.

Nesses quase vinte anos de pesquisas e estudos sobre as condições reais das crianças das classes populares, o GEFEL estuda ações alicerçadas em seus pressupostos e princípios, fazendo valer uma educação que faça sentido para essas crianças. A convivência cotidiana e o conhecimento do outro nos aponta caminhos para lidar com as questões da alfabetização.

O presente trabalho vem apresentar um panorama geral das discussões que vêm sendo tecidas no interior do Grupo de Estudos e Formação de Escritores e Leitores (GEFEL), constituído por professoras/es e estudantes de Pedagogia, atuantes no chão da escola na educação básica, e que se propõem a investigar sua própria prática docente. Dessas discussões, foram se fortalecendo princípios alfabetizadores nascidos das experiências desses sujeitos docentes e discentes.

A questão central que trazemos nesse texto é a discussão sobre em que medida esses princípios podem contribuir para a alfabetização e para a formação de professoras/ es comprometidas com práticas emancipadas das ideias mecanicistas de cópia, treinamento e gradação fácil-difícil como métodos de ensino.

O percurso metodológico escolhido para a tessitura deste texto, recorte de nossas investigações, está na articulação das nossas próprias práticas docentes com os referenciais teóricos que nos ajudam a pensar sobre o nosso fazer docente. Nesse movimento incessante prática-teoria-prática, buscamos o diálogo, principalmente, com Freire (1996), que nos inspira à reflexões sobre uma Educação para a criticidade e autonomia dos sujeitos; Smolka (2012), que contribui para compreendermos a alfabetização como um processo discursivo; Esteban e Zaccur (2002), que vêm nos ajudando a sustentar a nossa opção de investigação da própria prática na Educação Básica como exercício também de formação docente; e Larrosa (2002), cujas reflexões sobre a experiência, como aquilo que nos atravessa, e o tempo para a experiência, contribuem para pensarmos a aprendizagem, o desenvolvimento escolar e, conseqüentemente, a alfabetização por uma perspectiva diferente da do conteúdo/ informação.

Na busca reflexiva de nossas práticas, percebemos que estamos, a todo momento, estudando meios de aprimorá-las através das nossas próprias experiências e das experiências do outro. Nossa historicidade, e a de nossas práticas, nos fazem professores/as pesquisadores/as e nos dão suporte às reflexões do/no grupo. Estamos nos afastando do ensino bancário, que dificulta a autoria dos/as estudantes, não levando em conta sua história, experiências e vivências. E, na sala de aula, as ações são voltadas para a alfabetização comprometida com a autoria e a emancipação. E esse compromisso é pauta constante nas investigações das nossas práticas docentes. Freire (1983, p.16) nos diz que “A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”.

Investigação da própria prática docente: percursos que nos levam aos pressupostos

A partir de investigações e do compartilhamento dos saberes-fazeres do cotidiano escolar, num movimento orgânico de co-formação continuada, o grupo aponta alguns pressupostos alfabetizadores construídos na base das experiências de seus sujeitos docentes nas relações tecidas com os sujeitos estudantes.

Tais pressupostos, despreocupados em representar qualquer pretensa metodologia, revelam caminhos teóricos-epistemológicos-metodológicos que percorremos numa relação

dialógica prática-teoria-prática, sobre os quais refletimos e que socializamos, como potências percebidas nos trabalhos de alfabetização com vistas a uma Educação emancipadora. À propósito desse movimento, nos investir da condição de professoras/es investigadores da própria prática, tem nos levado, inclusive, à organização de ações extensionistas onde, não é nosso interesse nos colocarmos no lugar de quem ensina. Conhecemos o cotidiano de quem vive em busca de caminhos para pensar e promover uma educação emancipadora pois somos parte dele. Sempre trabalhando com o pensamento a partir do coletivo, nos preocupamos com uma docência significativa e que cogite ações alfabetizadoras que considerem situações reais de leitura e escrita. O que nos move realmente é a instituição de um espaço-tempo de reflexão, troca, compartilhamento de saberes-fazer docentes que tem se revelado como privilegiado na co-formação da/na docência.

Vivemos o desafio cotidiano de trabalhar com conhecimentos que fazem sentido para as crianças e professores porque compreendemos a escola como um lugar de descoberta e de construção coletiva de conhecimentos. O menino e a menina são sujeitos interativos, capazes de construir e se apropriarem de conhecimento, podendo transformar-se e transformar o outro por meio desta interação. Acreditamos, acima de tudo, que o desejo e a necessidade de conhecer (VYGOTSKY, 1998), movem a criança a se lançar num determinado projeto, a se envolver na busca e produção de seus conhecimentos e, entre eles, a apropriação da leitura e escrita. Recentemente, começou a aparecer em nossas conversas sobre as práticas a necessidade de compreendermos e vivenciarmos a escrita como mais uma linguagem, entre as outras, no processo de alfabetização. Assim, vivemos um processo que Larossa (2002) vai chamar de saber da experiência. Um saber que tem nos possibilitado compreender a docência enquanto um lugar de construção coletiva de práticas alfabetizadoras alternativas, ao modelo hegemônico de ensino aprendizagem.

A alfabetização é um processo discursivo: a criança aprende a ouvir, a entender o outro pela leitura; aprende a falar, a dizer o que quer pela escrita. (Mas esse aprender significa fazer, usar, praticar, conhecer. Enquanto escreve, a criança aprende a escrever e aprende sobre a escrita). Isso traz para as implicações pedagógicas os seus aspectos sociais e políticos. Pedagogicamente, as perguntas que se colocam, então, são: as crianças podem falar o que pensam na escola? Podem escrever o que falam? Podem escrever como falam? Quando? Por quê? (SMOLKA, 2012).

Dialogando com a fala de Smolka, reafirmamos a nossa filiação a concepção de alfabetização nela explicitada. A nossa inserção e militância no campo da alfabetização dos meninos e meninas das classes populares nos leva a afirmar que um dos principais objetivos

Escola Básica deveria ser o compromisso com a formação de estudantes capazes de ler criticamente a palavra do outro e a escrever criativamente a sua própria palavra (GARCIA, 2001), desde a educação infantil. Este é um direito inalienável de qualquer pessoa, para que possa exercer sua cidadania plenamente numa sociedade letrada como a nossa. Nesse processo, a escola precisa se constituir como espaço-tempo privilegiado. Nossa experiência alfabetizadora junto às crianças das classes populares nos leva a perceber que uma prática alfabetizadora que garanta o acesso e o uso de diferentes linguagens, entre elas a escrita, pode contribuir significativamente para o êxito escolar de formação inicial da criança leitora e escritora.

Pensamos em uma educação em que a alfabetização realmente favoreça a criança quanto à apropriação da leitura e da escrita, pensando em modos que se distanciem da repetição, a fim de constituir-se sujeito de suas autorias e ter direito de dizer sua palavra. O professor, por sua vez, tem como diretriz a dimensão do coletivo como forma de desenvolvimento de comunicabilidade e troca. Pode ser uma das possibilidades para orientar a alfabetização, já que somos, muitas vezes, levados e incentivados na maioria das vezes a trabalhar individualmente. Sendo assim, investir em nossa formação se torna um ato primordial para que pensemos ações alfabetizadoras.

O investimento na formação inicial e continuada de outros professores (as) se dá porque reconhecemos que o ato de compartilhar as nossas experiências com os outros, gera em nós, a necessidade de revisitar o vivido, refletir, estudar e repensar o nosso fazer docente. É nesse movimento que ensinamos e aprendemos também com outros pares, para voltarmos, então, mais fortalecidas para o cotidiano das nossas salas com as crianças e para o enfrentamento das lutas do cotidiano escolar, como confirmam essas duas falas de docentes e membros do GEFEL:

Autoconfiança. Vontade de crescer. Fortalecimento... A confiança que o grupo passa para mim. O grupo me fortaleceu a tal ponto que fui capaz de trabalhar com um grupo de alunos adultos. Coisa que eu achava que não era capaz de fazer [...] (Profª Maria da Penha – GEFEL).

Uma experiência singular onde pude contribuir com a dinamização de atividades prazerosas realizadas em sala de aula, onde todo o grupo pode ao longo do curso trocar suas práticas, o que nos fortalece. Nos ajudou a perceber que vale a pena investir em atividades diferenciadas para beneficiar os alunos que só se fortalecem com o investimento do professor (Professora Angélica Mattos – GEFEL).

Nesse sentido, os cursos de extensão, fóruns, simpósios, seminários, congressos organizados pelo grupo são espaços privilegiados, onde nos tornamos, a cada dia, professoras

(es)-pesquisadoras (es) no exercício da docência. Um processo rico que, longe de ser meritocrático, vem sendo tecido no âmbito das relações e interlocuções com diferentes espaços, níveis de formação e sujeitos que neles atuam. Assim, fazemos a opção de viver na contramão, em tempos de intensificação do individualismo entre os docentes.

Reflexões sobre a alfabetização como processo discursivo e as relações com autonomia, emancipação e autoria

[...] Compreender os estudantes como sujeitos sociais, históricos, culturais; Construir possibilidades para o desenvolvimento da autonomia no pensar, falar, expressar plenamente, ler criticamente (o mundo e a palavra) e escrever (com intencionalidade para outra(s) pessoa(s) ou para si mesmo); Compromisso com a emancipação dos sujeitos, numa perspectiva democrática e cidadã; Compromisso com o desenvolvimento da autoria numa perspectiva de saber dizer a própria palavra e dizer-se plenamente; Compreender a alfabetização como processo discursivo e influenciado pela experiência [...] (GEFEL. Síntese adaptada dos Pressupostos Alfabetizadores, 2013).

Atualmente, mais precisamente desde o ano de 2012, a centralidade das nossas discussões vem se voltando especialmente para a alfabetização na perspectiva da autoria, entendida aqui como ação que oportunize a possibilidade de dizer, dizendo-se enquanto sujeito, crítica e criativamente; igualmente capaz da leitura crítica do mundo e da palavra.

Aliás, a autoria tem-nos sido uma temática tão cara que igualmente é discutida em nosso coletivo como novas possibilidades para as escritas de professoras e professores. E nesse sentido, os membros do GEFEL vêm exercitando as escritas dos seus memoriais de vida e formação, onde nossas narrativas constituem-se como uma das formas existentes de revisitação, investigação e problematização da nossa própria prática docente.

Ao longo da existência do GEFEL nos desafiamos a construir um projeto de alfabetização que se afaste das concepções marcadas pela reprodução tão presentes nas cartilhas, da gradação de supostas dificuldades da língua, dos exercícios mecânicos e mecanicistas. Procuramos nos aproximar de uma perspectiva orientada criação e fortalecimento da autoria. Enfrentamos o desafio de investir em práticas alfabetizadoras pautadas nos seguintes eixos: formação de turmas heterogêneas, alfabetização como processo de apropriação de usos reais de leitura e escrita; rompimento com a gradação de fonemas presentes nos métodos tradicionais de alfabetização; valorização da curiosidade das crianças, afastamento da ideia de conhecimentos fáceis e difíceis e abandono das práticas de

treinamento.

Procuramos investir, desde a Educação Infantil em práticas voltadas para a realização de atos reais de leitura e escrita, em que as crianças e professoras possam viver e descobrir o sentido social dessas dos usos da linguagem escrita. Neste processo que é coletivo, meninos e meninas se desafiam a escrever a sua própria palavra antes e para além do primeiro ano de escolaridade, do Ensino Fundamental. Enquanto ensinamos, nós, professoras/es alfabetizadoras/es, também somos encorajadas a dizer o que pensamos, o que queremos, o que acreditamos e o que precisamos fazendo uso da escrita. Assim, as práticas alfabetizadoras que procuramos realizar estão voltadas para a formação de crianças leitoras e autoras de seus próprios textos.

Entendemos que o exercício coletivo de autoria docente nos possibilita decidir a favor de que pratica alfabetizadora estamos. Precisamos ter claro se estamos filiados a práticas alfabetizadoras que tentam conformar os sujeitos desde pequeninos ou àquelas empenhadas em ajudá-los a pensar a vida, a ler o mundo que os cerca e se desafiar a dizer e escrever suas ideias e sonhos possíveis de transformação das realidades vividas.

Compreendemos que é principalmente no exercício da prática alfabetizadora, no chão da escola que assumimos e vivemos um compromisso político-pedagógico com as lutas das classes trabalhadoras, principalmente junto a seus filhos e filhas. O direito de pensar, criar e construir conhecimentos que possam contribuir para a uma formação acadêmico-política favorável ao processo de aprendizagem de todos e sobre tudo que possibilite a construção de uma sociedade mais humana e mais justa.

É no chão da escola que esses filhos e filhas da classe sofrida e trabalhadora, tem o retorno de seus direitos, de seu valor e seus valores, que junto a nós professores e nossa prática alfabetizadora que, a todo o momento, incentivamos e mediamos uma posição de criadores, conhecedores de seus direitos. Com a busca incansável de ambas as partes por uma educação de qualidade, com professores compromissados e qualificados, de alunos valorizados e reconhecido como autores, a ponto de se conhecerem como autores e se reconhecer como parte da historia, que ele poderá modificar.

Autoria pressupõe escolha, capacidade de imaginar outras possibilidades, disposição para a luta, assunção de responsabilidade, coragem, sensibilidade e sabedoria para defender e compartilhar pontos de vista, crenças; empoderamento, reconhecimento da própria ignorância, solidariedade, reconhecimento e enfrentamento de tensões.

Para nós, alfabetizadoras/es ,este compromisso ganha materialidade quando nos aproximamos de uma concepção de alfabetização comprometida em tornar o processo de

alfabetização, um rico processo de potencialização dos historicamente condenados ao analfabetismo, sujeitos que vão construindo a sua autonomia no processo de alfabetização, tornando-se autoconfiantes e capazes de ler criticamente a palavra do outro e a escrever criativamente a sua própria palavra (GARCIA, 2001, p. 27).

Considerações

Pensando na língua escrita como possibilidade de emancipação, mas não se restringindo a ela em nossas práticas alfabetizadoras, a autoria é um princípio fundante. Formar sujeitos críticos e criativos pressupõe que os/as professores/as se coloquem nesse lugar da reflexão, da problematização e da criatividade. A autoria docente é um ponto que contribui para que a autoria discente se construa; esse conceito transborda do campo do discurso para o campo da ação. Professores/as comprometidos com o fazer cotidiano, entendendo as crianças como sujeitos capazes de dizer e dizer-se com autonomia, tornam sua sala de aula espaço de ação, reflexão e pesquisa. E, nesse âmbito, entendem que a sala de aula não se restringe a quatro paredes de concreto, mas se constitui *espaçotempo* construído pelas relações de *ensinoaprendizagem*.

Os pressupostos de alfabetização que fundamentam as discussões e as ações do GEFEL no chão da escola advêm da escuta sensível das vozes infantis que se fazem presentes no espaço escolar. Escuta dos sujeitos sócio-historicamente constituídos e que, por isso mesmo, trazem para a escola saberes e práticas culturais de seu cotidiano, bem como trazem também suas experiências vividas. Com as criança, presentes de corpo inteiro, é que a prática alfabetizadora se constrói.

Referências

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998

ESTEBAN, Teresa; ZACCUR, Edwiges. A pesquisa como eixo de formação docente. In: _____ (orgs.). **Professora-pesquisadora: uma práxis em construção**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Regina Leite (org.). **Novos Olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LARROSA, J. Notas sobre a Experiência e o saber de Experiência. **Rev. Bras. Educ.** [online], n.19, p. 20-8, jan./fev./mar./abr. 2002.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.